

# CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL\*

Por Mônica Kornis e Sérgio Montalvão

## Os limites da Igreja progressista

No decorrer da década de 1980, a relativa autonomia do clero latino-americano para apresentar sua proposta de ação pastoral identificada com os pobres e excluídos e inspirada na teologia da libertação viu-se cada vez mais restringida por uma orientação centralizadora emanada do Vaticano. A experiência libertadora da Igreja Católica, envolvida com os problemas sociais e políticos do continente, encontrou assim um limite dentro da própria instituição.

Da mesma forma que condenou a presença de religiosos no governo sandinista da Nicarágua, instalado naquele país após uma revolução armada liderada por guerrilheiros esquerdistas que derrubou o governo da família Somoza em julho de 1979, o Vaticano investiu contra o teólogo peruano Gustavo Gutiérrez, um dos iniciadores da teologia da libertação, condenando sua obra por considerá-la resultado de um inadmissível recurso a pressupostos da teoria social de inclinação marxista. Enquanto isso, a linhagem progressista do clero brasileiro, que alcançara o predomínio na CNBB no momento em que a instituição decidiu enfrentar o regime militar, começou a dividir espaços com representantes de outros segmentos da Igreja Católica, mais identificados com o neoconservadorismo que se projetava no pontificado de João Paulo II.

Mesmo assim, houve um grande esforço por parte da CNBB para manter sua linha de ação pastoral, apesar das pressões da hierarquia romana, que investia decididamente contra as teses apregoadas pela Igreja latino-americana nos encontros de Medellín (1968) e de Puebla (1979). Exemplo disso foi a resistência da CNBB ao processo movido pelo Vaticano, a partir da condenação feita pela Comissão Episcopal de Doutrina da Arquidiocese do Rio de Janeiro, contra o livro do teólogo franciscano Leonardo Boff, *Igreja: carisma e poder — ensaios de eclesiologia militante*. Esse processo, como observam os analistas da história recente da Igreja Católica, não pode ser entendido como um fato isolado. Ao contrário, faria parte da conjuntura em que se inseriu a “*Instrução sobre alguns aspectos da teologia da libertação*”, de 6 de agosto de 1984. Apresentado à imprensa internacional pelo cardeal alemão Joseph Ratzinger, prefeito da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé e o principal articulador da política disciplinadora que marcou a trajetória de João Paulo II nos anos 1980, esse documento apresentava uma visão geral das práticas eclesiais na América Latina e chamava a atenção para os desvios encontrados em “certas formas da teologia da libertação”, que estariam sacralizando a política e abusando da religiosidade popular em benefício de iniciativas revolucionárias.

A defesa de Leonardo Boff, feita em primeiro lugar pelo presidente da Comissão Episcopal de Doutrina da CNBB, dom Aluísio Lorscheider, partiu da argumentação de que em nenhum momento o Vaticano havia dado direito de resposta ao réu, nem respeitado o princípio da subsidiariedade, intervindo na questão antes que fossem esgotados todos os esforços da Igreja brasileira. Essa insatisfação foi apresentada ao papa João Paulo II, que autorizou um colóquio em Roma, no dia 7 de setembro de 1984, a fim de que o teólogo brasileiro pudesse ser ouvido perante os representantes da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, sob a presidência do cardeal Ratzinger.

Em 11 de março de 1985, uma notificação da Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé apresentou os resultados do colóquio e deixou claro que a questão ainda se encontrava em aberto para o Vaticano. Em 25 de abril, Leonardo Boff sofreu punições disciplinares, que consistiram em um período de “*obsequioso silêncio*” para que tivesse tempo de refletir sobre seus escritos teológicos. A medida causou protestos em todo o

Brasil, em especial entre os católicos que militavam nas comunidades eclesiais de base, que escreveram milhares de cartas em solidariedade ao religioso. A Comissão de Justiça e Paz de Olinda e Recife caminhou na mesma direção e apresentou um manifesto ao desenvolvimento da ação movida contra Leonardo Boff. Lamentou ainda que a Igreja romana estivesse “*punindo em frei Boff a Igreja pobre e solidária. A Igreja descalça que enterrou os pés na lama das favelas. A Igreja despojada que entrou nas fábricas para defender os operários*”.

Na tentativa de reverter a decisão tomada pela Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, o presidente da CNBB, dom Ivo Lorscheiter, viajou para Roma e em 11 de junho de 1985 obteve um encontro reservado com o papa João Paulo II. O diálogo não teve nenhum resultado no sentido da absolvição do teólogo franciscano, tendo João Paulo II afirmado na ocasião não poder aceitar que bispos e arcebispos brasileiros pudessem questionar a decisão anunciada pelo Vaticano, numa referência ao manifesto encabeçado pelo arcebispo de Goiânia, dom Fernando Gomes, contra a condenação de Leonardo Boff.

No entanto, por decisão da própria Sagrada Congregação para a Doutrina da Fé, três representantes da presidência da CNBB, acompanhados de cinco membros da Comissão Episcopal de Doutrina, estiveram em Roma no mês seguinte e foram recebidos pelo papa, pelo cardeal Joseph Ratzinger e pelo cardeal Bernardin Gantin, prefeito da Congregação dos Bispos. Nesse encontro, o Vaticano voltou atrás e reconheceu o direito da Igreja brasileira de decidir soberanamente acerca de seus problemas doutrinários, quebrando a política que excluía a CNBB do controle sobre essas questões.

Mesmo assim, as relações entre a Igreja brasileira e a Santa Sé ainda prosseguiriam tensas. Em janeiro de 1986, o cardeal Joseph Ratzinger obrigou a Editora Vozes a suspender a publicação da série Teologia e Libertação, composta de 54 volumes com os mais expressivos trabalhos de teólogos latino-americanos e voltada especialmente para a formação e orientação de agentes pastorais.

Somente em março de 1986, durante uma conferência de cúpula extraordinária realizada em Roma, os bispos brasileiros tiveram a oportunidade de apresentar a sua defesa da teologia da libertação de uma forma mais ampla. Nesse encontro, que marcou a abertura de um diálogo acerca dos erros e acertos da Igreja brasileira nos últimos 20 anos, estiveram presentes os representantes de todas as tendências do clero nacional, evidenciando-se entretanto o contraste entre uma maioria progressista e uma minoria conservadora, liderada por dom Eugênio Sales, arcebispo do Rio de Janeiro, e dom Lucas Moreira Neves, secretário-geral da Congregação dos Bispos. Essa correlação de forças favorável aos progressistas contribuiu, em grande medida, para que após o encontro João Paulo II tomasse uma atitude mais liberal e tornasse conhecido um documento revisionista acerca da teologia da libertação, a *Instrução sobre a liberdade cristã e a libertação*.

Nesse documento, João Paulo II reconhecia a importância dos trabalhos realizados pelos teólogos da libertação no contexto histórico da América Latina, mas estabelecia, por outro lado, uma determinada leitura da teologia da libertação que deveria ser seguida dali em diante como sua versão oficial. A instrução rompia com a vocação política da teologia da libertação, que evocava os pobres como o “povo de Deus”, e fazia da luta contra a exploração econômica e os demais “pecados sociais” a essência de sua atividade pastoral. Sendo assim, é de se notar que uma das expressões mais utilizadas pelos teólogos da libertação — “a opção preferencial pelos pobres” — passava a ser entendida não apenas como a opção por aqueles que possuem as piores condições materiais de existência, mas também como a luta contra a falta de espiritualidade na vida cotidiana.

O desfecho da crise entre a CNBB e o Vaticano teve início durante a Páscoa de 1986. Nessa data, foi suspenso o “silêncio penitencial” imposto a Leonardo Boff. Na semana seguinte, João Paulo II enviou uma mensagem à CNBB exaltando a sua prática

pastoral com as seguintes palavras: “Na medida em que se empenha por encontrar aquelas respostas justas — penetradas de compreensão para com a rica experiência da Igreja neste país, tão eficazes e construtivas quanto possível e ao mesmo tempo consoantes e coerentes com os ensinamentos do Evangelho, da tradição viva e do perene magistério da Igreja — estamos convencidos, nós e os senhores, de que a Teologia da Libertação é não só oportuna, mas útil e necessária.” Essa mensagem foi lida por dom Ivo Lorscheiter durante a XXIV Assembleia Geral da CNBB, realizada entre 9 e 18 de abril de 1986. Para a maioria dos presentes, o texto de João Paulo II foi um sinal definitivo de que o Vaticano havia retirado toda a suspeita de heresia ou de desvio da ortodoxia religiosa por parte da Igreja brasileira.

Mesmo superando em grande parte as objeções mantidas pelo Vaticano, a presença da Igreja progressista na CNBB viu-se diminuída no momento em que se encerrava o regime militar. Segundo Scott Mainwaring, “a volta à democracia diminuía o incentivo que muitos bispos tinham em se envolver com a política”. Na prática, isso significou a quebra da unidade existente na CNBB em torno de sua participação como representante legítima dos anseios da sociedade civil, até então sufocados pelo autoritarismo. Nesse momento, ainda de acordo com Mainwaring, reduziu-se o apoio oferecido pelos bispos liberais às teses defendidas pela direção progressista da CNBB, que passou a contar apenas com o respaldo daqueles mais identificados com a chamada Igreja popular em sua crítica aos problemas socioeconômicos da democracia representativa.

O líder conservador dom Eugênio Sales assim definiu a nova situação em que a Igreja brasileira se encontrava no momento da transição para a democracia: “A Igreja teve um papel muito ativo no momento em que o Brasil se tornava uma sociedade fechada. Ela era ‘a voz daqueles que não tinham voz’. Hoje, o parlamento, a imprensa e os partidos estão em total funcionamento. Eles deveriam falar e a Igreja deveria se ocupar de seus próprios assuntos.”

\* Fragmento do verbete respectivo no Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro do Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil/Fundação Getúlio Vargas

Disponível em: <http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>